

Dalva Maria da Mota

*Socióloga rural, M. Sc., doutoranda em sociologia na UFPE e pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira-Mar, 3.250, Caixa Postal 44 CEP 49001-970, Aracaju, SE. E-mail: dalvamot@elogica.com.br.*

*Raízes,  
Ano XVIII,  
Nº 20,  
novembro/  
99  
pp. 63 - 75*

## *Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o platô de Neópolis/SE*

### RESUMO

Neste artigo busca-se compreender as lógicas através das quais o trabalho permanente e trabalho temporário se estruturam na agricultura, privilegiando a dimensão das transformações que vêm se processando nas relações de trabalho no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis/SE. Os dados aqui analisados foram levantados em pesquisa documental-censitária e empírica realizada através de questionários, entrevistas com atores-chave e de observações dos processos de trabalho. As principais conclusões demonstram um certo equilíbrio entre o número de empregos permanentes e temporários gerados e a sua associação com as dimensões gênero, idade e qualificação.

Palavras-chave: Fruticultura Irrigada, Trabalho Temporário, Trabalho Permanente.

### ABSTRACT

In this article I aim to understand the rationale through which permanent and temporary labor is structured in agriculture, emphasizing the dimension of the transformations that have been occurring in the labor relationships in the Neopolis Plateau Irrigation Project at Sergipe State, Brazil. Data herein presented were obtained after surveying census documents and empirical research using questionnaires, interviews with key-actors and observations of the labor processes. The main conclusions show some equilibrium between the number of temporary and permanent labors created and its association with the dimensions gender, age and qualification.

Key words: Irrigated Fruit Crop Production, Temporary Labor, Permanent Labor.

### *Introdução*

A demanda desigual de trabalho ao longo da atividade agrícola é um fenômeno que remonta ao surgimento da própria atividade, independente da forma de gestão da produção. Nos tempos recentes de reestruturação produtiva, a agricultura empresarial supre esta demanda via contratações permanentes e temporárias de trabalhadores, que inte-

ragem nos mesmos espaços, muito embora a tendência de maior utilização do trabalho temporário venha se intensificando em diferentes contextos (Bendine, 1997; Gómez, 1997 e Cavalcanti 1997), em decorrência da busca incessante de vantagens comparativas e competitivas, que repercutem na estrutura do mercado de trabalho e na qualidade e quantidade das ocupações.

Neste artigo busco compreender as lógicas através das quais o trabalho permanente e temporário se estrutura na agricultura, privilegiando a dimensão das transformações que vêm se processando nas relações de trabalho no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis. Este projeto nasceu estimulado pelo dinamismo e competitividade da fruticultura irrigada nordestina, presente na pauta de exportação da região e com potencialidade para crescimento nos mercados nacional e internacional, face à adoção de novos padrões alimentares que privilegiam o consumo de produtos frescos, como discutido por Cavalcanti (1997) e Neves et al. (1997).

As estratégias utilizadas para dinamização da fruticultura irrigada nordestina estabeleceram novos ritmos de produção, a ocupação de diferentes espaços e a (re)criação de atores, em processos de trabalho em que a qualidade do produto é uma responsabilidade coletiva, mas sob forte controle empresarial, como discutido por Leite et al. (1994). O forte apoio estatal, através de políticas públicas, foi a base para a constituição destes espaços que, simul-

taneamente, dinamizaram setores da agricultura e acentuaram diferenças e desigualdades sociais (Cavalcanti, 1997). Os exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, em Pernambuco; e o Vale do Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Tomo como campo empírico o Projeto de Irrigação Platô de Neópolis<sup>1</sup>, implantado nos anos 90 na margem direita do rio São Francisco, em Sergipe, e ocupando parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. É resultado de uma intervenção seletiva do Estado para o estabelecimento de “ilhas” de modernização, via empreendimentos empresariais, sustentados exclusivamente sob o trabalho assalariado e em altos níveis tecnológicos, com possibilidade de vinculação aos mercados nacional e internacional. É formado por 35 lotes cujos tamanhos variam de 20 a 600 hectares. Até maio/2000, 50% da área do projeto estava ocupada com sistemas de produção frutícolas, que classifiquei em oito tipos: coco, banana, milho, manga, mudas cítricas, citros, diversificado

(outras culturas) com coco e diversificado sem coco (Mota, 1998).<sup>2</sup>

Da área total em exploração, 43% está plantada com citros e 32% com coco, culturas nas quais os produtores do Estado de Sergipe têm tradição<sup>3</sup>. Com os citros, pretendem ocupar fatias de mercado nacional nos momentos da entressafra paulista. Com o coco, buscam atender ao aumento do consumo da sua água, em todas as regiões do país, devido à preocupação das pessoas em consumirem cada vez mais produtos naturais, especialmente em se tratando de uma cultura que, por suas propriedades e composição, substitui as bebidas isotônicas e energéticas artificiais. Influencia nessa preferência do consumidor as representações do produto enquanto sinônimo de uma região, em um contexto em que “as características exóticas dos locais de produção funcionam também como valor agregado pelo qual consumidores são atraídos” (Cavalcanti, 1999). Mas pesam também os componentes estéticos e a qualidade dos produtos para atender à demanda do que Lash et al. (1996) denominam de “consumidor

cidadão”, com crescente capacidade de exigir mais em relação aos bens e serviços; ou seja, um consumidor, em um contexto em que a cidadania tende a mudar de natureza ao ser associada ao poder de consumo e, não mais, ao acesso e à defesa de direitos providos pelo Estado em territórios demarcados.

Neste artigo, utilizo a denominação “permanente” para aquelas relações de trabalho regularizadas através de um contrato de trabalho com prazo indeterminado, na qual o empregado dispunha de uma carteira de trabalho que já estava assinada no momento da pesquisa. As atividades relativas a este tipo de ocupação são contínuas, previsíveis, mesmo que os trabalhadores permanentes se revezem nestas atividades. A permanência garante a continuidade dos processos e o cumprimento dos compromissos segundo prazos, quantidades e exigências requeridas pelo mercado (Cavalcanti et al., 1994). A forma de pagamento do trabalho é um salário mensal ou quinzenal.

A ocupação “temporária” é aquela que se dá através de um acerto

<sup>1</sup> Tem a denominação “Platô de Neópolis” devido a sua constituição geomorfológica apresentar um relevo plano e ondulado, circundado por encostas, constituindo-se parte dos tabuleiros costeiros de Sergipe (Santos, 1996, p.25).

<sup>2</sup> Os dados analisados neste artigo foram levantados em pesquisa documental-censitária e empírica realizada em três fases. A primeira, no período de dezembro/97 a abril/98, com a totalidade dos administradores dos 21 lotes em funcionamento do projeto, foi feita através da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas sobre: sistemas de produção em uso, número de trabalhadores permanentes e temporários, tipos de ocupação, níveis de escolaridade e salários (Mota, 1999). A segunda etapa, entre janeiro e março/2000, constou de entrevistas com 17 atores-chave (líderes sindicais, trabalhadores permanentes e temporários) e objetivou levantar e compreender as representações dos diferentes atores sobre as suas inserções no projeto. A terceira etapa deu-se através de observações dos processos de trabalho e da aplicação de questionários para 100% dos trabalhadores de sete lotes, exclusivamente plantados com banana (02 lotes) e coco (05 lotes), onde podiam ser observadas todas as etapas de produção. O conteúdo de pesquisa constou de dados para a construção dos perfis dos trabalhadores (características individuais e familiares, trajetórias profissionais).

<sup>3</sup> 2º maior produtor de citros do país e 3º maior produtor de coco.

informal entre empregado e empregador, sem nenhum tipo de contrato. Normalmente os trabalhadores que desenvolvem este tipo de ocupação inserem-se em atividades esporádicas, especialmente nas fases de plantio, tratos culturais e colheita.

Para efeito de cálculo do número de ocupações (permanentes e temporárias) geradas, fiz um levantamento ano a ano, de 1994 a 2000. O número de ocupações temporárias foi calculado a partir do número de diárias pagas por lote durante o ano, o mês e o dia. Considerei que o mês tem 22 dias úteis.

### *A novidade do Platô de Neópolis: pólo frutícola exclusivo para empresários*

Para a implantação do Platô de Neópolis foi desapropriada uma área de cerca de 10.467 hectares, que estava ocupada por grandes propriedades pecuaristas e canavieiras e por pequenas propriedades produtoras de culturas alimentares<sup>4</sup>. Esta iniciativa de política pública estava prevista como ação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf para atender às populações rurais atingidas pela barragem de Itaparica, mas, diante de diferentes e contraditórios estudos de viabilidade, a obra foi sendo adiada até que o Governo de Sergipe assumiu o gerenciamento da mesma, o que implicou também em uma mudança de filosofia quanto ao público a ser assentado, exclusiva-

mente de médios e grandes empresários, no lugar de agricultores familiares. Segundo Padrão (1996), os critérios para seleção dos grupos empresariais foram: capacidade empresarial, cadastro bancário e disponibilidade de recursos para desenvolver o projeto. Os grupos empresariais concessionários do projeto são originários dos Estados de Sergipe, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Ceará, cujas origens refletem-se nas diferentes estratégias de gestão, na seleção de culturas e nas relações com os mercados de produtos e de trabalho.

A administração do Projeto é realizada por um condomínio denominado ASCONDIR (Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis), que tem como atribuições o gerenciamento do projeto, a realização de ações que estimulem o desenvolvimento regional, o incremento da produção e o treinamento de pessoal. A comercialização dos produtos ainda é uma ação isolada de cada empresa, mas uma cooperativa está em processo de constituição.

Segundo documentos oficiais, o valor bruto anual da produção deverá ser de U\$40 milhões e o número de empregos a serem gerados é de 5600 empregos diretos e permanentes (Padrão, 1996).

A implantação de um projeto desta natureza se constitui numa inovação no Nordeste, face aos modelos utilizados para implantação dos mesmos, a exemplo do Vale do São Francisco, cujo público en-

volvido é de colonos, empresários e técnicos em perímetros, onde a gestão é fortemente influenciada pelo Estado e só recentemente vem passando às mãos dos produtores. No caso em análise, o Estado implantou uma infra-estrutura de irrigação e as demais etapas foram de responsabilidade dos concessionários, em uma política que definiu o público alvo de suas ações segundo um jogo político em que os empresários conquistaram mais um espaço de atuação, em detrimento dos agricultores familiares.

Se, na década de 80, o empresário intensificou e ampliou suas atividades nos projetos de irrigação como uma iniciativa individual, na experiência do Platô ele foi convidado e é o ator central, o que evidencia uma reorientação do governo no sentido de catalizar mudanças, criando um ambiente propício aos investimentos privados em consonância com o modelo neoliberal (Neves et al., 1997).

### *Trabalho temporário e permanente na agricultura*

A desregulamentação das relações de trabalho é a situação mais freqüente no mercado de trabalho rural brasileiro, além disso, a diminuição do número de vagas e o desemprego estrutural criaram uma pressão permanente por empregos que favorece os empregadores no sentido de imporem as condições que lhes são mais lucra-

• • • • •  
 • <sup>4</sup> 73% das propriedades tinham menos de 100 hectares, mas detinham apenas 14% da área. É importante observar a existência de duas ou mais propriedades na mão de um mesmo dono, situação  
 • esta existente para 08 proprietários que detinham 25 propriedades, com uma área total de 4.364  
 • hectares, ou seja, quase 50% do total.

tivas<sup>5</sup>, caracterizadas pela precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, que têm impactado a expressão sindical. Tudo isto, configura uma tendência à flexibilização dos processos de trabalho e das suas relações, que favorecem à individualização extrema da relação salarial e dificultam a organização dos trabalhadores no contexto nacional, como analisam Bendini (1999), na Argentina; e Lara (1998), no México.

No entanto, a relação direta e inquestionável entre flexibilização e desregulamentação é questionada por Larangeira (1999), no seu estudo sobre a realidade do trabalho em tempos de globalização, ao afirmar que a flexibilização:

“em princípio, consistiria em uma estratégia gerencial que substitui uma solução uniforme, por uma série de soluções alternativas, tendo em vista elevar o grau de adaptação aos novos parâmetros técnicos e econômicos. Flexibilização do trabalho não se confunde necessariamente com desregulamentação (abandono da legislação trabalhista) ou precarização do trabalho, mas pode apresentar tais características, quando assume caráter puramente defensivo”.

A flexibilidade no uso da força-de-trabalho na agricultura é, frequentemente, explicada pela instabilidade dos processos agropecuários, que se sustentam em elementos naturais e em etapas heterogêneas de produção, que tornam mais difíceis planejar com exatidão os requerimentos de mão-de-obra (Lara, 1998). Considero que a esta constatação, devem ser contrapostos outros elementos, que questionem a exclusividade do determinismo atribuído aos elementos naturais.

Mesmo que a atividade agrícola esteja sujeita a uma certa imprevisibilidade (devido às pragas, aos ventos, às chuvas, às doenças, etc.), as respostas dos produtores para contornar os problemas são condicionadas pelas suas capacidades econômicas, culturais e tecnológicas<sup>6</sup>, que influenciarão na maior ou menor vulnerabilidade.

Os diferentes itinerários técnicos utilizados na agricultura refletem-se também na utilização de quantidades diversificadas de trabalho, sem contar que os produtos, a depender da forma como se inserem nos mercados, demandam serviços de colheita ou pós-colheita os mais variados, assim como as tecnologias utilizadas. Tudo isso conforma um universo produtivo diversificado e com exigências variadas de trabalho humano.

Mesmo assim, questiono os argumentos da imprevisibilidade da mão-de-obra necessária, compreendendo que as heterogeneidades das etapas e o conteúdo mesmo do trabalho que é o desenvolvimento de um ser vivo em condições ambientais, portanto mais sujeito a interferências de outros seres vivos (pragas, doenças), demandam quantidades de trabalho diferenciadas, mas previsíveis, que podem ser supridas via flexibilidade qualitativa, que significa a utilização de um mesmo grupo de trabalhadores para diferentes tarefas. Sem contar que a polivalência, traço importante dos trabalhadores rurais, permite o remanejamento de um sujeito ou de equipes para contornar problemas emergenciais.

É consenso, entre os diferentes analistas, que um mercado de trabalho tão dinâmico quanto o das áreas irrigadas, é *locus* de grandes transformações, em que os esquemas analíticos tradicionais já não são suficientes para a sua compreensão, face à heterogeneidade dos atores e das suas relações. Por outro lado, é observável em diferentes contextos, a tendência de menor utilização de mão-de-obra, em decorrência da mecanização de tarefas rotineiras, como analisado por Bendini (1997). O que se constata, tendencialmente, é que coexiste uma parcela de trabalhadores permanentes mais

<sup>5</sup> Em estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro, Amadeo (1999) afirma que o setor agrícola emprega um número considerável de pessoas, especialmente no Sudeste e no Nordeste, respectivamente, 39% e 36% de um total de 4,5 milhões de pessoas, que corresponde a 7% da população economicamente ativa. No Nordeste, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura com carteira assinada é de apenas 17% do total, o que demonstra o alto grau de precariedade nesse setor.

<sup>6</sup> Exemplar é o caso do melão que, diante da maior quantidade de chuvas na região do que previsto, foi coberto com grandes lonas plásticas e assim, controlada a quantidade de água que a cultura receberia.

especializados com uma grande massa de temporários que perambulam durante todo o ano em busca de trabalho e que, diante das suas condições concretas de reprodução, da precariedade do mercado de trabalho nordestino e da fragilidade das suas organizações, terminam sendo incapazes de reivindicarem e ampliarem os seus direitos.

A precariedade do trabalho rural não é um fenômeno recente nas estruturas tradicionais da agricultura; no entanto, reproduz-se também na agricultura moderna, engendrada nos pólos frutícolas no Nordeste, tendo ganhado novos atributos, como a sua predominância em áreas que experimentam grandes avanços tecnológicos e a sua freqüência em determinadas etapas dos processos produtivos. Nestes termos, a relação trabalho/tempo/espaço foi redefinida pelos diferentes ciclos das culturas sob irrigação e controles tecnológicos (indução floral, estresse hídrico, etc.) e pelos tempos exatos de atendimento a demandas do mercado. Estas redefinições se dão num espaço onde a paisagem mudou recentemente e os novos processos produtivos utilizam mão-de-obra segundo requerimentos também descontínuos e diversificados.

Não há como negar estas redefinições no caso do Platô onde os lugares de trabalho estão remapeados e as atividades produtivas não têm nenhuma relação com a estação, mas com novos tempos determinados pelos ciclos das culturas e pelas demandas do mercado. No entanto, a tendência indicada de coexistência de uma pequena quantidade de permanentes com uma grande massa de

temporários, para o caso do Platô de Neópolis, não se confirma, como discuto no ponto seguinte.

### *Ocupações e sistemas de produção*

A demanda por trabalhadores em cada tipo de sistema de produção depende do tamanho da área explorada, dos tipos e estágios dos cultivos, das tecnologias usadas e da forma de gestão. A relação tipo de sistemas de produção e tipos de ocupações geradas para o ano de 1998, pode ser observada no Quadro 1.

Quanto ao número de empregos por hectare, aquele que demandou exclusivamente trabalhador permanente foi o tipo 5, denominado de mudas cítricas além disto, foi o que mais gerou este tipo de ocupação. Esta maior demanda é decorrente da necessidade de manutenção de um nível tecnológico elevado em todas as etapas de produção da muda, daí porque a demanda de um número maior de trabalhadores que sejam capacitados e que permaneçam até à formação das mudas. O segundo sistema em termos de ge-

ração de empregos permanentes foi o tipo 8, denominado de diversificado (sem coco), em decorrência da exploração de culturas de ciclo curto (melancia, melão, abóbora, etc) como estratégia econômica de abertura do empreendimento. O terceiro foi banana, cujo elevado número de plantas por hectare (2000) gerou um número significativo de ocupações, principalmente na fase do plantio e da colheita. Chama a atenção a baixa demanda por mão-de-obra permanente dos sistemas 1 (coco) e 4 (manga), ambos, com uma pequena quantidade de plantas por hectare, respectivamente, 205 e 250, e também por serem culturas que requerem um tempo mais longo para entrarem em produção.

Quanto ao número de trabalhadores temporários, os sistemas que mais demandaram foi o diversificado (tipo 8) e manga (tipo 4), sendo que este último foi o único sistema que demandou maior quantidade de temporários do que de permanentes. O sistema de produção coco (tipo 1) gerou a mesma quantidade de ocupações temporárias e permanen-

Quadro 1:  
Sistemas de produção e número de trabalhadores permanentes e temporários - 1998

Tipos de exploração	Área (ha)	Números de trabalhadores					
		Permanente			Temporário		
		Absoluto	%	Nº trab/ha	Absoluto	%	Nº trab/ha
1 - Coco	529	16	5,46	0,03	17	4,47	0,03
2 - Banana	145	20	6,83	0,14	12	3,16	0,08
3 - Milho	60	3	1,02	0,05	2	0,53	0,03
4 - Manga	232	8	2,73	0,03	32	8,42	0,14
5 - Mudas cítricas	20	9	3,07	0,45	0	0,00	0,00
6 - Citros (tangerina, limão, laranja)	204	16	5,46	0,08	5	1,31	0,02
7 - Coco e outras culturas	1107	112	38,23	0,10	101	26,58	0,09
8 - Diversificado (sem coco)	641	109	37,20	0,17	211	55,53	0,33
TOTAIS	2.938	293	100	-	380	100	-

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 1998.

tes. Para os demais tipos (2, 3, 6 e 7), a geração de ocupações temporárias foi inferior a de permanentes e sempre para atividades descontínuas. A predominância dos trabalhadores permanentes para quase todos os sistemas assegura a capacitação continuada dos mesmos para a produção de frutas para mercados exigentes.

Se enfoco o número de trabalhadores ocupados em cada sistema de produção, independente da forma de inserção, há uma variação muito grande, sendo que o sistema diversificado sem coco é o que mais gerou ocupações, cerca de 2,0 hectares/homem/dia. O segundo sistema em termos do maior número de ocupações foi mudas cítricas (2,2 hectares/homem/dia). O terceiro sistema em termos de geração de ocupações foi o denominado banana, alcançando 4,5 hectares/homem/dia. Chama a atenção, a baixa demanda por mão-de-obra no sistema coco (16 hectares/homem/dia), provavelmente por ainda não terem sido iniciadas as atividades de colheita no momento da pesquisa.

É importante destacar que enquanto se calculava um coeficiente médio de utilização de mão-de-obra de 2 homens ano/ha para as culturas permanentes no Vale do São Francisco, no Platô de Neópolis não se alcança este índice para nenhum tipo de exploração. Acredita-se que o tipo das culturas e o atual estágio de produção influenciam significativamente nos números analisados.

### *Perfil dos trabalhadores: homem, jovem e pontual*

Para se referirem aos perfis profissionais, os trabalhadores recorrem a um perfil de referência; e a outro, reinventado, construído (Neves, 1997). O primeiro, refere-se as suas origens, enquanto membros de uma família, que pertence a uma tradição e a um determinado contexto. A unidade menor de pertencimento é a família e a maior é uma comunidade (povoado ou a sede municipal). São atributos aos quais eles não podem transformar, pois já nasceram pertencendo a um sistema social pré-existente.

O segundo perfil que adotam é o da trajetória que percorreram, das carreiras e percursos que gostariam de seguir e dos que efetivamente seguiram. São os (des)encontros entre o querer e o ser. Apesar de terem as suas particularidades, as duas referências não se negam, pelo contrário, se afirmam pelas influências recíprocas. Não querer ou querer ser agricultor ou trabalhador da agricultura, gestou-se nas experiências próprias acumuladas, vividas.

Dos trabalhadores do Platô de Neópolis, pertinentes à amostra desta pesquisa, 47,5% nasceram nos municípios sergipanos, dos quais o projeto ocupa parte do território<sup>7</sup>, todos eles situados na margem direita do rio São Francisco. 24,6% são provenientes de municípios alagoanos, situados na mar-

gem esquerda do mesmo rio. 21,9% são de outros municípios sergipanos, principalmente da região semi-árida e os demais (6%), são de outros estados brasileiros, principalmente do Nordeste.

Do total dos trabalhadores que não nasceram nos municípios alcançados pelo projeto (52,5%), 31,1% afirmaram que mudaram de residência para trabalhar no mesmo, o que demonstra que, não obstante o funcionamento ainda parcial do projeto, o Platô já se configura como um pólo de atração de trabalhadores em um momento em que outros investimentos agrícolas liberam mais mão-de-obra do que atraem. Esta constatação, segundo Mattei (1998), também se dá em outros pólos regionais, como o Vale do São Francisco, em Pernambuco; e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, que estão se especializando na produção de determinadas espécies frutíferas e de hortaliças. Assim, não é a agricultura da região que atrai, mas pólos de investimentos específicos. O mesmo, no entanto, não se pode afirmar para a categoria dos empregadores, que, segundo Mattei (1998), apresentou uma tendência de crescimento no Nordeste na década de 80, mas nos anos 90, decresce ou se estabiliza em patamares bem baixos. No caso específico do Platô de Neópolis, havia 96 proprietários cujos estabelecimentos<sup>8</sup> foram desapropriados para implantação do projeto de irrigação com 35 lotes.

.....

<sup>7</sup> Neópolis, Santana do São Francisco, Japoatã e Pacatuba.

<sup>8</sup> Os números demonstram que 73% das propriedades tinham menos de 100 hectares, mas detinham apenas 14% da área. É importante observar a existência de duas ou mais propriedades na mão de um mesmo dono, situação esta existente para 08 proprietários que detinham 25 propriedades, com uma área total de 4.364 hectares, ou seja, quase 50% do total.

Do conjunto dos trabalhadores, 70% têm até 30 anos de idade. A partir daí, há uma pulverização até os 40 anos, sendo que apenas 10% do total têm de 44 a 58 anos. A composição de uma força-de-trabalho tão jovem tem como princípio básico o aproveitamento do vigor físico, considerando que 63% da amostra total é de trabalhadores rurais, ou seja, ocupação em que a força e capacidade físicas são pré-requisitos indispensáveis, utilizados inclusive como meio de exclusão das mulheres que correspondem a apenas 1,6% do total da amostra, assim mesmo, em outras atividades que não de campo.

Analisado sob o ponto de vista da faixa etária, observo que a manutenção de um pequeno contingente de trabalhadores mais maduros tem efeito disciplinar e cognitivo, elementos culturais pertencentes à ordem social da agricultura familiar. O efeito disciplinar decorre dos padrões de socialização em que os mais velhos são exemplos de comportamento e guardiões de conhecimentos armazenados nas experiências pessoais e coletivas.

A gestão dos empreendimentos empresariais, por ser conduzida em sua maioria por técnicos oriundos da agricultura familiar, que conhecem as origens dos trabalhadores, recupera estes padrões cognitivos e morais, sujeitando-os a uma ordem de poder constituída pela mediação entre a experiência e as modernas relações de trabalho. São diferentes mundos sociais sob influências recíprocas.

Dos trabalhadores, 67% são casados legalmente ou de forma consensual; 38% são solteiros e os demais são separados. 65% têm filhos, sendo que as famílias não são numerosas, considerando que 56% têm até dois filhos e 19% têm de três a quatro. O lugar de morada destas famílias é predominantemente em um dos povoados circunvizinhos ao projeto (49%). 38% se distribuem entre uma das cinco sedes municipais próximas ao projeto (Penedo, Neópolis, Japoatã, Santana do São Francisco, Pacatuba). Os demais habitam em outros povoados da região, mais distantes.

Viver em um dos povoados circunvizinhos ao projeto é mais barato, tanto pela facilidade de acesso às residências, quanto pelo fato de poderem utilizar bicicletas para se deslocarem, o que não implica em custos adicionais com transporte. Mas também e, principalmente, pela permanência nas comunidades em que nasceram e cresceram, com a manutenção dos convívios com parentes e vizinhos, tão importantes na sociabilidade das populações rurais.

O grau de escolaridade dos trabalhadores é muito baixo e as trajetórias individuais indicam que na infância dos mesmos, o trabalho se sobrepunha aos estudos, segundo o poder aquisitivo da família. 42% dos trabalhadores são analfabetos ou só assinam o nome, mas se declaram como incapazes de ler orientações ou cartas. 42% conseguiram cursar a escola primária, parando entre a 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau. 14% têm o 2<sup>o</sup> grau, praticamente a totalidade dos

técnicos agrícolas e apenas 1% tem o 3<sup>o</sup> grau, que são os gerentes (agrônomos ou administradores).

Apesar das inserções profissionais destes trabalhadores em processos em que são utilizadas tecnologias de ponta, os índices de escolaridade são baixos, demonstrando uma das faces do trabalho rural, ou seja, a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo. Trabalhadores cujas capacitações se deram por diferentes vias (formal ou informalmente) se defrontam e se complementam nestes processos.

Dos entrevistados, 63% estão ocupados como trabalhadores rurais e assim se auto-reconhecem. Apenas uma pequena minoria destes (5%), não se reconhece como tal, provavelmente por acumular profissões ou por ter trajetória que mescla profissões. A coincidência entre a profissão e a ocupação que têm, mostra que uma identidade de trabalhador rural está configurada pela autodenominação, que, acredito, se construiu pelas experiências sucessivas de assalariamento no recente processo de *reencaixe* destes trabalhadores. Apenas 1% se denomina como camponês, categoria a que os antepassados destes trabalhadores pertenciam. Os 36% restantes se distribuem entre motorista, bombeiro, encanador, eletricitista, mecânico, dentre outras profissões.

A forma de ocupação para 77% dos trabalhadores pesquisados era a registrada, permanente, sendo que um pequeno percentual (9%) há apenas um mês, 22% há um semes-

•••••

• <sup>9</sup> Equivalente a US \$ 75.

tre, 13% há um ano e os demais há mais de um ano. Os temporários perfaziam um percentual de 23% do total de trabalhadores, sendo que destes, 57% tinham até um mês de trabalho, 29% tinham de dois a três meses e 14% tinham mais de quatro meses. Todos na condição de trabalhadores rurais. Os trabalhadores que ocupam cargos técnicos e que têm poder de controle na hierarquia são todos contratados de forma permanente.

Questionados sobre quais são as maiores exigências em relação ao trabalhador no Platô de Neópolis, 61% responderam que é saber fazer o trabalho, 19% disseram que é ser pontual, 14% afirmaram que é ser honesto e os demais se dividiram entre ser obediente e saber fazer o trabalho. Estas respostas praticamente não diferem entre os temporários e os permanentes.

Na opinião de um técnico, a polivalência e a assiduidade são requisitos centrais para que o trabalhador corresponda às novas exigências de produção, como mostra o depoimento de um técnico:

“O trabalhador ideal pra trabalhar numa fazenda, numa atividade de fruticultura, é que ele faça qualquer atividade dentro da fazenda. Outra coisa, mesmo que ele seja um trabalhador polivalente, mas que não falte. Você tem uma equipe preparada pra tirar três ou quatro caminhões por dia, ai de repente faltam dois trabalhadores num dia, a engrenagem foi quebrada, então isso sobrecarrega os outros, o horário que ele trabalha vai aumentar mais duas

horas de trabalho pra suprir a falta daquele trabalhador. Então isso não é o ideal pra uma fazenda, isso faz com que você tenha mais horas extras, os trabalhadores chegam no outro dia mais cansados”.

Confrontando as expectativas dos técnicos com as compreensões dos trabalhadores quanto aos requisitos para obtenção de ocupação no Platô, observo que há uma coincidência entre saber fazer o trabalho e a pontualidade. O “saber fazer” refere-se à capacidade de realizar diferentes tarefas, ser móvel dentro do lote, evitando as contratações temporárias e permitindo o mesmo ritmo de atividades todos os dias. A pontualidade, um dos maiores problemas enfrentados para os empresários e os seus representantes, apesar de se agravar com os trabalhadores originários da pesca, é um problema geral.

Nos universos de socialização destes trabalhadores, principalmente na agricultura familiar, há uma constância do trabalho, mas segundo um grau de liberdade e de escolhas que ficam sob controle do agricultor. A pontualidade não é um critério avaliado pela hora de entrada e de saída, mas de quanto trabalho é realizado em processos que, muitas vezes, não dependem de um grupo, e que estão concatenados em etapas geridas pelos próprios agricultores. Sem contar que normalmente é uma produção por oferta e não por demanda.

Na agricultura assalariada, no entanto, este grau de liberdade indivi-

dual submerge em processos rígidos, organizados por terceiros, face às demandas externas. As responsabilidades individuais são fundamentais para o cumprimento de prazos e a ausência de trabalhadores vai implicar em horas extras, não cumprimento de pedidos, etc. Apesar da diferença das lógicas, os padrões de comportamento não são substituídos automaticamente, mas como a valorização da pontualidade se generaliza, incidindo inclusive em represálias contra os trabalhadores que não obedecem e se transformando em um dos critérios para o registro dos mesmos, observa-se uma tendência em respeitá-la.

As formas de pagamento do trabalho têm poucas variações de empresa para empresa, sendo que os trabalhadores permanentes e os temporários, que trabalham por mais de um mês, recebem por quinzena. Os temporários que trabalham esporadicamente recebem por diária em torno de R\$ 5,00 para as mulheres e R\$ 6,00 para os homens. O salário mensal, para a grande maioria dos trabalhadores (79,8%), era o mínimo, que, na ocasião da terceira fase da pesquisa (dezembro/2000), correspondia a R\$151,00<sup>9</sup>; os outros 10% dos trabalhadores ganhavam de R\$158,00 a R\$252,00; 8% deles de R\$300,00 a R\$680,00; e os restantes 2% de R\$800,00 a R\$1.800,00.

Dos trabalhadores, 70% pertencem a famílias cujas atividades se concentravam no mundo rural, tanto pelo caráter da atividade (agricultura, pesca, trabalho assalariado na





agricultura e artesanato) como pelos lugares de moradia das famílias (povoados ou propriedade) e pela iniciação dos filhos ainda crianças nas atividades produtivas. Os demais, 30%, considero que têm origem urbana também pelas atividades (comércio, trabalho assalariado na cidade, indústria e outros) e pela residência nas sedes municipais. É certo que as proximidades entre os povoados e estes núcleos urbanos é um elemento que dificulta a diferenciação, mas a forma de inserir os filhos nas atividades produtivas, que influenciam por demais nas trajetórias percorridas, é um elemento que vai distinguir sobremaneira nas formas de inserção dos trabalhadores e nos controles exercidos sobre os mesmos no dia-a-dia do trabalho.

Como visto, a maior parte dos trabalhadores tem origem rural e apenas uma minoria é de origem urbana. Segundo os entrevistados, os níveis de informação de um e de outro e os tipos de cargos que ocupam (os de origem urbana predominam nas atividades administrativas) estão na origem desta diferenciação, pois os trabalhadores de origem urbana são mais questionadores e aceitam menos o trabalho temporário, sem registro.

A organização do trabalho considera estas diferenças também, pois para os trabalhadores de origem rural o trabalho está acompanhado predominantemente pelos técnicos, o que evidencia que se trata de um grupo que demanda acompanhamento pelo fato de serem portadores de conhecimentos e práticas adquiridas no dia-a-dia. Já os trabalhadores de origem urbana demandam maior controle de

cabos de turma, muito mais associados à questão da imposição da disciplina do que do conhecimento.

### *Relações de trabalho*

As relações de trabalho nos sistemas de produção implantados no Platô se dão entre empresários, trabalhadores permanentes e temporários, que, para efeito analítico, podem ser divididos em três grupos. Aqueles que têm um contrato de trabalho por prazo indeterminado, como os agrônomos, técnicos agrícolas, consultores, escriturários, trabalhadores rurais, gerentes de campo (capatazes), tratoristas e vigilantes. Neste grupo, as funções que têm melhor remuneração estão sendo desenvolvidas por profissionais que passaram por uma seleção prévia; qual seja: análise curricular ou experiência de campo. Para estes atores, a qualificação profissional tanto foi adquirida no sistema educacional, como pelas experiências. No entanto, as diferenças estabelecidas entre quem dominam as duas e quem só domina a última é um elemento de diferenciação social importante, que influencia nas relações internas do grupo, permeadas por hierarquias, onde os agrônomos e/ou técnicos agrícolas são responsáveis pelo processo produtivo. Os consultores estão presentes em 100% dos lotes e representam um reflexo da preocupação com a competitividade, orientando procedimentos específicos por cultura. A grande característica do grupo é a condição de lidar com novas tecnologias em atividades especí-

ficas. Apesar da importância destes trabalhadores para os sistemas desenvolvidos, os salários não são compatíveis com os de outras regiões frutícolas.

O segundo grupo é formado pelos trabalhadores temporários que não têm contrato, como os empreiteiros, trabalhadores de campo e de serviços gerais. Os empreiteiros recuperam a experiência anterior e são arregimentadores de trabalhadores para a realização de tarefas específicas, sob sua responsabilidade. A sistemática de busca dos trabalhadores se dá da mesma forma que na época da cana-de-açúcar, mas a utilização da irrigação tem limitado o seu campo de atuação em decorrência de não dominarem os procedimentos técnicos específicos. Assim, os seus serviços são mais utilizados para construção civil, cercas e destoca, tendendo a diminuir à proporção que toda a área estiver implantada.

São os trabalhadores de campo que predominam neste grupo, originários, na sua maioria, dos povoados localizados no entorno dos lotes, que já são identificados como prestadores de serviços em empresas específicas. Os moradores do Povoado Tatu, por exemplo, prestam serviços no lote Maresias por ser próximo das suas residências. No entanto, iniciam-se movimentos no sentido de buscar trabalhadores no sertão para permanecerem na área do projeto durante a semana.

Diferentes formas de negociação destes serviços se inauguram, como a requisição dos trabalhadores por trabalhadores permanentes ou a oferta dos seus serviços no próprio lote. São trabalhadores que se caracteri-

zam por serem capazes de realizar diferentes atividades como limpa, plantio, colheita, podendo também alterná-las em uma mesma jornada. A flexibilidade destes trabalhadores advoga ora a favor, ora contra a sua possibilidade de inserção no primeiro grupo, pelo fato de serem capazes de fazer de tudo, mas não serem especializados.

Neste contexto, o trabalho feminino se destaca e ganha novos significados. Consideradas como mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, as mulheres estão se estabelecendo como polinizadoras do maracujá, podadoras, plantadoras, etc. Apesar de todas estas especificidades, reconhecidas pelos entrevistados como vantagens do gênero, as mulheres não fazem parte do quadro de empregados permanentes, ocupando apenas 1,47% deste quadro. Acredita-se que o destaque atribuído ao trabalho feminino pode vir a proporcionar a maior incorporação das mesmas, fenômeno constatado em diferentes partes do mundo, inclusive em setores não tradicionais, conforme discutido por Antunes (1998).

As representações que os entrevistados têm dos trabalhadores são muito influenciadas pela origem daqueles. Assim, uma série de associações é feita atribuindo qualificações como “sergipano é mais trabalhador do que alagoano”, “os sertanejos são mais produtivos”, etc. Desse modo, os gerentes que são originários do Sul brasileiro são unânimes em afirmar que os nordestinos não gostam de trabalhar, têm muitas crendices e dias de santo, tudo é motivo para faltar ao trabalho. Vale lembrar que, segundo Leite et al. (1994), estudos

vêm afirmando não só a permanência dos trabalhos desqualificados, mas também sua associação com os preconceitos sociais relacionados às diferenças de gênero, de etnia, cor, nacionalidade e idade.

A relação patrão/empregado, como também a clássica composição da mão-de-obra agrícola em familiar e assalariada já não são suficientes para analisar as relações de trabalho existentes, considerando que passam por diferentes mediações, a depender da estratégia de exploração, do tamanho da área e dos tipos de cultivos, o que influencia em uma nova divisão de responsabilidades, de agrônomos, técnicos agrícolas ou de trabalhadores rurais que gozam da sua confiança. Estes determinam a necessidade de pessoal e insumos, bem com a distribuição de tarefas por trabalhador rural.

O terceiro grupo é composto pelos empresários, que pertencem a grupos econômicos que têm diferentes tipos de atividade, residem em capitais próximas, como Maceió, Aracaju e Salvador, ou mesmo em outros Estados, como São Paulo. Delegam a administração do lote a um gerente, que tem poderes para administrá-lo técnica e financeiramente, e visitam a área apenas esporadicamente. Isto mostra que, na sociedade global, o local de investimento não guarda nenhum tipo de relação com o local de moradia, da mesma forma que o local de produção não guarda nenhum tipo de relação com o local de consumo.

Outro aspecto que merece destaque nesta análise é a própria redefinição do empresariado enquanto ator desse processo de incorporação da agricultura nacional ao cenário

mundial da economia globalizada, em um contexto em que o poder público favoreceu a transferência de expressiva soma de incentivos financeiros (Silva, 1996). Os papéis a serem desempenhados e as relações entre estes e os trabalhadores evidenciarão o conteúdo da relação capital-trabalho em um contexto em que a responsabilidade coletiva pela qualidade do produto final é condição indispensável à inserção nos mercados nacional e internacional. Não obstante a competitividade evidenciada, observa-se descompassos entre estas e as possibilidades de inclusão social; ou seja: há fortes indícios de exclusão social de grande parte da população residente nestas áreas, além do fato de que inúmeros estudos chamam a atenção para a debilidade das organizações dos trabalhadores que ainda não se têm feito representar, no sentido de reivindicar os seus direitos.

### *Para concluir*

A implantação do Platô de Neópolis, como um projeto exclusivamente empresarial nos tabuleiros costeiros, rompe com a tradição das políticas públicas de irrigação no Nordeste, caracterizadas pelo envolvimento de agricultores, técnicos e empresários em regiões semi-áridas, para combate à seca. Na sua concepção, o Platô já foi previsto como um projeto localizado estrategicamente, para ser integrado aos diferentes mercados de frutas frescas, produzidas em sistemas de produção que se sustentam exclusivamente no trabalho assalariado, a partir de relações de trabalho engendradas entre atores com trajetórias, formações e

formas de inserção no trabalho, completamente distintas.

Analisando o número de ocupações geradas no período de 1994 a 2000, constato que o número dos trabalhadores temporários cresceu levemente quando comparado aos permanentes. Porém, se subdivido o período em duas fases, a primeira até 1997, quando o trabalho predominante foi de obras de construção civil e plantio; e a segunda, a partir de 1998, quando as empresas iniciam a produção, constato que os temporários cresceram menos do que os permanentes. Estes últimos, em 2000, totalizam um número 4,6 vezes maior do que em 1997. Utilizando esta mesma análise para os trabalhadores temporários, constato que em 2000 cresceram 3,1 vezes quando comparados com 1997.

Com o início da produção, no entanto, as atividades demandaram trabalhadores com experiência na agricultura e que fossem capazes de realizar diferentes atividades que garantissem produtos no tempo e qualidade requerida pelo mercado. Para isso, foi fundamental que um contingente de trabalhadores permanentes assegurasse os processos e que os temporários se encaixassem apenas para atividades específicas. Esta constatação não significa negar a tendência de diminuição da utilização do trabalho humano na agricultura, principalmente pela adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

As ocupações temporárias se alicerçam em condições precárias, que têm caráter defensivo; ou seja, são exercitadas no intuito de diminuir gastos e assim ampliar as vantagens comparativas, tanto pela utilização

pontual de serviços (que evita a manutenção e controle de um maior contingente de trabalhadores) quanto pela redução dos gastos com encargos sociais. Este tipo de ocupação ainda não dispõe de dispositivos que regulem os procedimentos de contratação. Mesmo que as diferenças entre o crescimento dos dois tipos de emprego não sejam tão significativas, chamam a atenção para dois aspectos. O primeiro é que as tendências apontadas mundialmente podem ser questionadas local e conjunturalmente. O segundo, é o descompasso entre vultosos investimentos públicos em projetos que preservam ocupações com relações precárias, além de ocasionarem a exclusão dos direitos sociais e trabalhistas, com repercussões no sistema previdenciário e, conseqüentemente, na qualidade de vida destes trabalhadores.

Para as ocupações permanentes, observei o maior uso da flexibilidade qualitativa. O remanejamento de equipes ou de trabalhadores individualmente é uma estratégia por demais utilizada para contornar imprevistos ou mesmo a realização de tarefas tão heterogêneas, quanto combater manualmente uma praga e revisar aspersores. Esse procedimento exige uma organização do trabalho que mescla trabalhadores mais e menos experientes para garantir o ritmo e a qualidade do trabalho.

No grupo dos trabalhadores, a quase totalidade é de homens, jovens, com baixo nível de escolaridade e portadores de experiência na agricultura o que demonstra uma predominância de trabalhadores originários do mundo rural. Esta última

característica está associada à maior produtividade e adaptabilidade às condições do trabalho a céu aberto, assim como da disciplina, assiduidade e respeito à hierarquia, elementos constitutivos da ordem moral do campesinato.

O trabalho feminino, apesar de ser reconhecido como mais adequado a determinadas tarefas, ainda é insignificante, especialmente em se tratando de postos permanentes, contrariamente ao observado por Cavalcante et al. (1994), no Baixo São Francisco, onde as mulheres representam 60% da mão-de-obra total utilizada na cultura da uva. As diferenças entre os dois números podem ser explicadas pelos tipos de culturas exploradas, que demandam diferentemente trabalhos de colheita e pós-colheita, mas também na compreensão dos atores responsáveis pela gestão dos empreendimentos, que, por razões culturais, limitam a contratação das mulheres para a adubação e controle manual de pragas.

Para o contexto em análise, a utilização descontínua de trabalhadores na agricultura é uma estratégia utilizada pelo empregador para potencializar as suas condições de ganho. São raros os casos em que esta estratégia patronal beneficia o trabalhador. Apenas aqueles que têm níveis de escolaridade elevados (no mínimo 3º grau) e algum tipo de especialização conseguem utilizar os finais-de-semana ou horários de descanso para realizarem atividades no Platô de Neópolis e, assim, ampliarem os seus ganhos, além do salário do emprego regular, como por exemplo, pesquisador na área de fruticultura ou irrigação.

Dos sistemas de produção implantados, os que mais demandam mão-de-obra são aqueles que têm maior diversificação de cultivos, principalmente culturas de ciclo curto. O sistema de monocultura (coco) é o que menos demanda mão-de-obra. Os primeiros estão associados aos empresários que não têm origem local e o segundo àqueles que são do próprio município ou do Estado de Sergipe.

### Referências bibliográficas

- AMADEO, E. (1999), “Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do trabalho”, in: A. C. Posthuma (org.), *Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*, São Paulo/Brasília, Editora 34/OIT e TEM, pp 35-60.
- ANTUNES, Ricardo. (1998), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas/São Paulo, Editora da UNICAMP/Cortez Editora.
- BENDINI, M. (1997) “La globalización y los trabajadores agrários en Argentina. Nuevos e viejos actores”. *XXI CONGRESO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA*, São Paulo, mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho”, in: J. S. B. Cavalcanti, (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora da UFPE, pp. 97-121.
- CAVALCANTI, J. S. B. e IRMÃO, J. F. (1994), “Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale São Francisco-NE – Brasil”. *XVII ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – Anais*, volume II, Porto Alegre/Brasília, UFRGS/CNPq, pp. 59-72.
- CAVALCANTI, J. S. B. (1997), “Frutas para o mercado global”. *Estudos Avançados USP*, volume 11, número 29, São Paulo, USP.
- \_\_\_\_\_. (1997), “O impacto das ações do Estado e do mercado na configuração de uma nova região frutícola. O caso do Vale do São Francisco”. *XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, – Anais*, Natal, SOBER, CD-Room.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária/UFPE. pp. 123-170.
- GOMES DA SILVA, A. (1997). “O pólo de fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte. O caso do Vale do São Francisco”. *XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA*
- E SOCIOLOGIA RURAL – Anais*, Natal, SOBER, CD-Room.
- GÓMEZ, E. S. (1997), “Exportación de frutas chilenas”. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GLOBALIZACIÓN, TRABAJO Y MEDIO AMBIENTE. CÁMBIOS SOCIOECONOMICOS EN REGIONES FRUTICOLAS PARA LA EXPORTACION*, Recife, UFRPE.
- LARANGEIRA, S. M. G. (1999), “A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social”, in: J. V. T. Santos (org.), *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, Editora HUCITEC, pp. 123-141.
- LARA, S. M. (1998), *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. 1ª edição, México, Juan Pablos Editor, S.A.
- LASH, S. e URRY, J. (1996), *Economies of Signs and Space*. London, Sage Publications.
- LEITE, P. de M. e SILVA, R. A. da. (1994), “A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica”. *XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, Caxambu, ANPOCS.
- MATTEI, L. (1998), *A evolução do emprego agrícola no Brasil*. Coleção ABET – Mercado de trabalho, volume 4, São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do trabalho (ABET)
- MOTA, D. M. da. (1998), *O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a ge-*

*ração de empregos: 1994/2000. Relatório de Pesquisa*. Aracaju, Embrapa-CPATC, mimeo.

\_\_\_\_\_. (1999), “O trabalho flexível na fruticultura irrigada do Nordeste: o Platô de Neópolis/SE”. *XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – Anais*, Foz do Iguaçu/PR, SOBER, CD-Room.

NEVES, D. P. (1997), *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói, EDUFF.

NEVES, M. F., LAZZARINI, S. G. e FILHO, C. A. P. M. (1997), “Cenários e perspectivas para o agribusiness brasileiro”. *XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – Anais*, Natal, SOBER.

PADRÃO, L. N. (1996), “Levantamento de informações sobre o Projeto Platô de Neópolis”. *Centro de Assessoria e Serviços aos trabalhadores da terra D. José Brandão de Castro*, Aracaju, mimeo.

SANTOS, C. R. B. dos. (1996), *Reorganização do espaço agrário e (des)territorialização das relações tradicionais*. Tese de mestrado, Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, R. M. da. (1996), *Assentamento de pequenos produtores rurais em Sergipe – 1945 – 1992*, Aracaju, Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação.